

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDPD – GESTÃO 2014 – 2016

1 Aos seis dias do mês de abril de 2016, às quatorze horas, realizou-se na sala de reuniões
2 do Gabinete do Prefeito de Maringá, a vigésima reunião ordinária do Conselho Municipal
3 dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD gestão biênio 2014-2016, que
4 apresenta a seguinte pauta: 01 – Aprovação da pauta da 20ª Reunião Ordinária; 02 –
5 Deliberação da ata da 19ª Reunião Ordinária Gestão 2014-2016; 03 – Ofício com
6 substituição de Conselheiros; 04 – Constituição de Comissão Eleitoral para a eleição da
7 sociedade civil para o biênio 2016-2018 do CMDPD; 05 – Recomposição da Comissão de
8 Comunicação e formação da Comissão de Cadastro e Acompanhamento; 06 – Relato de
9 Comissão; 07 – Informes Gerais. O presidente do Conselho, Gustavo Vinícius Camin,
10 agradeceu a presença de todos e iniciou a reunião colocando para deliberação da
11 plenária a pauta da presente reunião que, sem nenhuma inclusão ou destaque foi
12 aprovada por unanimidade. Na sequência a secretária-executiva do Conselho, Viviane
13 Regina Franco Soares, fez a leitura da ata da 19ª Reunião Ordinária Gestão 2014-2016. A
14 conselheira Wania da Silva Lopes Damas pediu correção na linha 127 (cento e vinte e
15 sete) retirando a frase “por conta do tipo do atendimento que é lá realizado”. A conselheira
16 Cynthia Catarina de Oliveira pediu correção na linha 113 (cento e treze) onde consta
17 “averiguar as melhorias”, sendo que o correto é “averiguar as desobstruções”. A
18 conselheira Jovelina Morteau Borghi solicitou correção na linha 52 (cinquenta e dois)
19 substituindo a palavra “característica” pela palavra “formato”. Com essas alterações a ata
20 foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento a secretária-executiva do
21 Conselho, Viviane Regina Franco Soares, leu o ofício da Secretaria Municipal de Trânsito
22 e Segurança – SETRANS substituindo o conselheiros Maurílio Liba, pela senhora Gisela
23 Gitsuko Hirato Yendo e o ofício da Secretaria Municipal de Cultura substituindo a senhora
24 Maria Cecilia Bastos Milani pela senhora Rosemeire de Souza. Na sequência o
25 conselheiro César Gualberto solicitou a palavra para informar que a poucos dias após o
26 Conselho discutir e enviar à SETRANS comunicado referente aos problemas quando ao
27 requerimento da credencial para que pessoas com deficiência visual possam deixar seu
28 carro em vagas de estacionamento destinadas às pessoas com deficiência ele recebeu
29 uma ligação da Secretaria informando que o indeferimento de seu requerimento havia
30 sido revogado e que sua credencial estava pronta. César informou ainda que
31 acompanhou a conselheira Cristina Mitsue Oura a SETRANS para que ela requeresse
32 sua credencial às vagas de estacionamento e, para sua surpresa, o documento ficou
33 pronto na mesma hora em que foi requerido. Após este informe o presidente do Conselho
34 passou a palavra ao vereador Luizinho Gari a fim de que ele prestasse informações sobre
35 o seu projeto de Lei de Hortas Comunitárias adaptadas à pessoa com deficiência. O
36 vereador informou que essas hortas já existem em outros municípios e que ele sempre
37 manifestou preocupação com questões de acessibilidade e direitos da pessoa com
38 deficiência, pensou em trazer o projeto para Maringá. O vereador apresentou à plenária
39 fotos do projeto dessas hortas. A conselheira Maria Aparecida de Oliveira Souza pergunta
40 se esse projeto de adaptação de hortas seria para apenas uma ou em todas as que
41 existem em Maringá. O vereador informa que a ideia é verificar as hortas onde há
42 potenciais usuários com deficiência. O presidente do Conselho lembra que essa questão
43 não está especificada no projeto de Lei e que talvez seria necessário rever o texto. A
44 conselheira Maria Aparecida sugere ao vereador que se pense em um projeto ou ação no
45 município que leve a horta até as casas daquelas pessoas com deficiência que não tem
46 condições de deslocarem-se até as hortas. A conselheira Jovelina Borghi perguntou se o
47 vereador fez alguma pesquisa ou levantamento aos usuários das hortas comunitárias a
48 fim de propor este Projeto de Lei. O vereador informou que antes da proposição do
49 Projeto conversou com cerca de dez cadeirantes do município. A conselheira Jovelina
50 lembra a necessidade de se realizar esse tipo de pesquisa ou levantamento a fim de
51 viabilizar e embasar qualquer projeto de Lei. O conselheiro Ricardo Alexandre Vieira
52 aproveita a presença do vereador e pergunta da iniciativa do projeto de Lei do semáforo
53 sonoro perguntando se essa iniciativa foi inspirada em outro município. O vereador
54 informou que essa iniciativa se embasou em cidades de porte grande do Estado de Minas
55

56 Gerais e também de São Paulo. O conselheiro César parabeniza a iniciativa e lembra da
57 necessidade de que a Câmara Municipal de Maringá tenham representantes das pessoas
58 com deficiência a fim de defender os direitos. César solicita ao vereador que ele pense na
59 iniciativa de uma biblioteca adaptada a pessoas cegas. O presidente do conselho
60 complementa a solicitação lembrando da necessidade de que as bibliotecas de Maringá
61 tenham acervo adaptados às pessoas com deficiência. Após estas colocações e
62 esclarecimentos o presidente do Conselho agradece a participação do vereador e dá
63 continuidade a reunião lendo o próximo item da pauta: **Constituição de Comissão**
64 **Eleitoral para a eleição da sociedade civil para o biênio 2016-2018 do CMDPD**. O
65 presidente lembra a todos que essa gestão do Conselho está em seus últimos meses e
66 que é necessário eleger os representantes da sociedade civil que comporão a nova
67 gestão que será referendada no Fórum Interconselhos, já aprovado em plenária. Para a
68 eleição é necessário formar uma Comissão Eleitoral que elaborará o edital de
69 convocação, bem como para que se eleja esses representantes. Após algumas
70 colocações ficaram definidos como membros dessa Comissão os conselheiros Ricardo
71 Alexandre, César Gualberto, Maria Aparecida e o presidente do Conselho. A Secretaria
72 executiva verificará ainda quais das conselheiras representantes da SASC comporá esta
73 Comissão. Dando prosseguimento o presidente do Conselho leu o quinto item da pauta:
74 **Recomposição da Comissão de Comunicação e formação da Comissão de Cadastro**
75 **e Acompanhamento**. O presidente lembrou a todos que estas Comissões estão previstas
76 no Regimento Interno do Conselho, porém hoje não estão ativas, sendo necessário a
77 escolha de novos conselheiros para ambas. Após algumas colocações ficou definida uma
78 Comissão única que atuará com as demandas destas duas Comissões formada pelos
79 seguintes conselheiros: Wania da Silva Lopes Damas, Alexandra Silveira Petris Capuano,
80 José Aparecido de Almeida, Paulo Erivelto da Silva, Nicácio Moura, Tatiana de Oliveira
81 Santos e o presidente do Conselho. A secretaria-executiva do CMDPD ficou responsável
82 também por convidar a participar desta Comissão as conselheiras Deuza Prates Carvalho
83 e Gisela Gitsuko Hirato Yendo. Dando prosseguimento a conselheira Alexandra Capuano
84 fez o **relato da reunião da Comissão de Políticas e Acessibilidade**, realizada dia 30 de
85 março do corrente ano. **Primeiro item – Minuta da Resolução nº 02 de 2016 que**
86 **Reivindica a adoção de providências para a seleção, o ingresso, a permanência da**
87 **pessoa com deficiência e a terminalidade dos estudos nas instituições de ensino**
88 **superior de Maringá, em cumprimento a deliberação do 1º Encontro Temático dos**
89 **Direitos da Pessoa com Deficiência realizado em 2015**. A conselheira relatou que a
90 Comissão elaborou a minuta da resolução para encaminhar a todas as instituições de
91 ensino superior de Maringá e apresenta a plenária para deliberação. Após este relato a
92 secretária-executiva do Conselho lê a minuta de resolução que, sem nenhuma alteração
93 foi aprovada conforme anexo. Ainda neste item a Conselheira Sônia Mari Shima Barroco
94 sugere que a próxima reunião plenária do Conselho seja realizada na Universidade
95 Estadual de Maringá – UEM. Aprovado por unanimidade. **Segundo item – Relato da**
96 **visita no Terminal Urbano realizada no dia 23 de março de 2016**. A conselheira
97 Alexandra relatou que o conselheiro Ricardo Alexandre, a secretaria-executiva do
98 CMDPD Viviane Franco Soares e a auxiliar administrativo Carla Passarella, realizaram
99 visita no Terminal Urbano de Maringá, para verificação das placas em braile, que foram
100 instaladas recentemente. Na plataforma 03 (três) a linha 235 (duzentos e trinta e cinco)
101 está com a placa em braile retirada, a plataforma 21 (vinte e um) a linha 528 (quinhentos
102 e vinte e oito) “A” tem sua placa em braile constando linha 518 (quinhentos e dezoito).
103 Outro detalhe importante é que as linhas de Paiçandu e Sarandi não tem identificação em
104 braile. A Conselheira relatou ainda que o parecer da Comissão é enviar ofício para a
105 SETRANS e Ministério Público solicitando as providências para as correções, bem como
106 solicitar as placas em braile para as linhas dos municípios de Paiçandu e Sarandi. Após
107 este relato o conselheiro Ricardo Alexandre informou também que, além desses
108 problemas com as placas em braile, existe a dificuldade da localização dessas placas por
109 parte das pessoas cegas. Ricardo explica que isso ocorre por que as placas não estão no
110 entorno do terminal, onde se pega os ônibus, mas sim recuadas, sem o piso direcional

111 que leve a elas. Após colocações a plenária aprovou por unanimidade a sugestão da
112 Comissão incluindo a dificuldade relatada pelo conselheiro Ricardo. **Terceiro item –**
113 **Ofício nº 276 de 2016 da SETRANS em resposta ao ofício nº 07 de 2015 do CMDPD,**
114 **sobre a reinstalação do semáforo sonoro retirado da avenida Brasil com a Getúlio**
115 **Vargas, para a Avenida XV de Novembro com a Duque de Caxias.** A conselheira
116 Alexandra relata que a Comissão analisou este ofício e observou que a SETRANS
117 informa o agendamento da instalação deste semáforo mas não tem informação da data.
118 Sendo assim a Comissão sugere responder este ofício solicitando que informe a data da
119 instalação. Aprovado por unanimidade. **Quarto item – 1º Campeonato Paradesportivo**
120 **de Maringá realizado nos dias 16 a 19 de março.** A conselheira Alexandra relatou que a
121 Comissão discutiu sobre a realização do evento e sugere enviar ofício a Secretaria
122 Municipal de Esportes parabenizando a iniciativa, porém, manifestando o desagrado
123 devido à ausência de representante do CMDPD na abertura do evento com direito a fala.
124 Após este relato a Conselheira Cynthia Catarina de Oliveira informou que o conselheiro
125 Ricardo Alexandre esteve no evento, porém sua chegada se deu após a composição da
126 mesa de abertura o que impediu sua participação. A conselheira Alexandra lembrou que o
127 Ricardo esteve no evento mas não como o representante do CMDPD na mesa de
128 abertura, e sim como participante, o desagrado que a Comissão sugere é quanto ao fato
129 de não haver convite para que o Conselho participasse dessa abertura. Após este
130 esclarecimento a plenária aprovou por unanimidade encaminhar o ofício. A conselheira
131 Cynthia lembrou que o secretário foi recém-nomeado ao cargo e não esteve a frente
132 desse evento o correto é que este ofício seja enviado ao Diretor da Secretaria de
133 Esportes. Após o relato da Comissão a conselheira Alexandra deu continuidade na pauta
134 lendo os informes. **Primeiro Informe – Ofício nº 0426/2016 da Secretaria de Saúde em**
135 **resposta ao ofício nº 02/2016 do CMDPD, em relação aos serviços de órteses,**
136 **próteses e materiais relacionados.** A conselheira informou que a resposta da Secretária
137 é que não houve interesse de nenhum prestador de serviço devido aos valores baixos
138 oferecidos pela tabela SUS. **Segundo informe – Visita agendada dia 05/04/16 em**
139 **alguns Centros Esportivos para inspeção de acessibilidade nos sanitários, em**
140 **razão da solicitação do Conselho para a Secretaria de Esportes desobstruir os**
141 **banheiros que estavam sendo utilizados para depósitos/almoxarifados.** A
142 Conselheira informou que a visita foi realizada no dia 05 de abril do corrente ano nos
143 Centros Esportivos do Jardim Alvorada e Vila Operária. No Alvorada a comissão foi bem
144 recebida e observou que os banheiros foram desobstruídos por completo, porém existe
145 uma parede muito próxima à porta do banheiro feminino com acessibilidade, houve uma
146 dúvida quanto a passagem de uma cadeira de rodas naquele espaço. Já no banheiro
147 masculino desse Centro a porta fica trancada o tempo todo pois está com defeito. Na
148 unidade da Vila Operária o atendimento à Comissão não foi bom, o que deixa claro a falta
149 de acessibilidade atitudinal, além disso não há acessibilidade para a entrada da unidade,
150 bem como no prédio onde ficam os banheiros. Alexandra relatou ainda que os banheiros
151 que deveriam ser acessíveis desta unidade estão repletos de materiais. Alexandra sugeriu
152 que para as próximas visitas a Comissão elabore um instrumental a fim de padronizar os
153 pontos a serem observados e facilitar a visita e uma identificação tipo um crachá. Sugere
154 ainda que nestas visitas tenham um cadeirante e um cego a fim de verificar mais
155 detalhado as questões de acessibilidade. **Terceiro informe – Ofício nº 02/2016 da**
156 **Câmara Municipal de Maringá divulgando o programa Estágio Conhecimento**
157 **Comunidade.** A conselheira informou que neste ofício é destinado aqueles que fazem
158 parte de Partidos Políticos, Conselhos, Associações de Bairro, ou simplesmente para
159 quem quer entender o papel do vereador na administração pública, esse programa se
160 constitui no acompanhamento da rotina dos vereadores durante quatro tardes, a fim de
161 conhecer de perto o funcionamento do poder legislativo, as informações podem ser
162 obtidas no site da Câmara. **Quarto informe – Fórum Interconselhos do CMDPD e**
163 **CMDI. A conselheira Alexandra informou que a Comissão organizadora já definiu**
164 **data e local para o Fórum:** dia 23 de junho do corrente ano, no período da tarde, no
165 Auditório Miguel Kfourri, da Associação Comercial e Empresarial de Maringá – ACIM.

166 **Quinto informe – Ofício nº 450/2016 da SETRANS em resposta ao ofício nº 021/2016**
167 **do CMDPD sobre a deliberação do I Encontro Temático do Direitos da Pessoa com**
168 **Deficiência que requer trabalho educativo para o respeito da pessoa com**
169 **deficiência no transporte coletivo.** A Conselheira Alexandra informou que a SETRANS
170 esclarece nesse ofício que a concessionária vencedora da licitação para transporte
171 coletivo em Maringá obriga-se a disponibilizar 15% (quinze por cento) de outbus para
172 realização de campanhas publicitárias. **Sexto informe – Ação Social para Igualdade**
173 **das Deficiências (ASID).** A conselheira informou que a representante da entidade
174 sediada em Curitiba, Bianca Costa Beltrami, compareceu na reunião da Comissão para
175 divulgar as ações da instituição. A ASID oferece uma metodologia de desenvolvimento de
176 gestão entidades com foco no desenvolvimento da pessoa com deficiência, representadas
177 por escolas e centros de atendimento. A instituição desenvolve ações na área financeira,
178 de marketing, recursos humanos e estrutura física e todos os projetos são gratuitos para
179 as instituições beneficiadas. A senhora Bianca realizou um convite para um workshop
180 com o tema “Novas formas de captação de recursos”, que realizar-se-á no dia 31 de
181 março do corrente ano, na Associação Maringaense dos Autistas (AMA), das 9h às 11h.
182 Nada mais havendo a tratar, eu Fausto Salamão Cirico, secretário, encerro a presente ata
183 com os principais assuntos abordados, para ser, posteriormente, após lida e aprovada,
184 assinada por mim, pela assessora técnica e pelo presidente, constando a lista de
185 presença em anexo.

186
187
188
189 **Viviane Regina Franco Soares**
190 Assessora Técnica do Conselho

Fausto Salamão Cirico
Secretário “ad hoc”

191
192
193
194 **Gustavo Vinícius Camin**
195 Presidente do Conselho
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220

Anexo

RESOLUÇÃO Nº 02 / 2016

Reivindica a adoção de providências para a seleção, o ingresso, a permanência da pessoa com deficiência e a terminalidade dos estudos nas instituições de ensino superior de Maringá.

Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146 de 06 de julho de 2015, publicada no dia 07 de julho de 2015 e com vigor a partir de 2 de janeiro de 2016, visando o acesso à educação superior em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Reunião Plenária, realizada no dia 6 de abril de 2016, no uso da competência que lhe foi conferida pelo inciso I do artigo 3º da Lei nº 10.066 de 15 de outubro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Reivindicar a adoção de providências para a seleção, o ingresso e a permanência da pessoa com deficiência e a terminalidade dos estudos nas instituições de ensino superior de Maringá:

I- Atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior;

II- Disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pela pessoa com deficiência;

III- Disponibilização de formulário de inscrição de processos seletivos, com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

IV- Disponibilização de provas no processo seletivo e do início ao término do curso, em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas da pessoa com deficiência;

V- Dilação de tempo, conforme demanda apresentada pela pessoa com deficiência, tanto na realização do processo seletivo para seleção quanto no desenvolvimento e finalização das atividades acadêmicas, tais como as avaliações de disciplinas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI- Adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade e especificidade de cada deficiência;

VII- Disponibilização do edital completo e suas retificações, em meios acessíveis as pessoas com deficiência;

VIII- Disponibilização de tradutores ou intérpretes da Libras, para interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós graduação, com nível superior, com habilitação de acordo com o acordo com o Ministério da Educação - MEC em Tradução e Interpretação em Libras;

IX- Inclusão em conteúdos curriculares, dos cursos de graduação e pós-graduação, de temas relacionados à inclusão da pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento.

X- Adequação física/arquitetônica dos espaços frequentados pela comunidade em geral e da pessoa com deficiência permitindo a plena acessibilidade e permanência nos mesmos.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, dia XX de abril de 2016.

Gustavo Vinícius Camin
Presidente CMDPD